



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2972 - MA (2021/0225853-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : **CLEONES OLIVEIRA MATOS**  
**ADVOGADOS** : **AMADEUS PEREIRA DA SILVA - MA004408**  
                  **MÁRCIO ENDLES LIMA VALE E OUTRO(S) - MA006430**  
                  **FERNANDO CÉSAR VILHENA MOREIRA LIMA JÚNIOR -**  
                  **MA014169**  
**REQUERIDO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**INTERES.** : **MARCOS SIRLEY SILVA SANTOS**  
**ADVOGADO** : **RENATO DA SILVA ALMEIDA - MA009680**

### **DECISÃO**

Cuida-se de suspensão de liminar e de sentença proposta por CLEONES OLIVEIRA MATOS contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, nos autos do Agravo de Instrumento n. 0812047-85.2021.8.10.0001, por meio da qual foi deferida a medida de urgência para determinar o afastamento imediato do requerente do cargo de vereador do Município de Açailândia, pelo prazo de 90 (noventa dias), sem prejuízo da remuneração.

Narra que o suplente de vereador, Marcos Sirley Silva Santos, ajuizou Ação Popular n. 0803167-38.2021.8.10.0022 contra o vereador eleito, ora requerente, objetivando, liminarmente, seu afastamento cautelar da função pública, em decorrência de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual, consubstanciada na alegada caracterização de improbidade administrativa.

Aduz que não ficou comprovada nenhuma perturbação à instrução processual que pudesse justificar o afastamento cautelar.

O Juízo de primeira instância negou o afastamento cautelar da função pública requerido.

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão assim decidiu a respeito da presente controvérsia (fls. 56-58):

Quanto ao *fumus boni iuris*, considero, com esteio nas alegações formuladas pelo Agravante e nas provas até então coligidas aos autos, que, no contexto fático apresentado, é possível vislumbrar, neste momento, a plausibilidade necessária à concessão, pelo menos, da

liminar requerida.

No que se refere ao perigo de dano, tal requisito deriva da própria finalidade da norma constitucional, já que, além de outros princípios constitucionais, visa atender a eficiência de uma boa administração, ou seja, a manutenção da Ordem Pública e impedir que novos atos lesivos sejam praticados.

Sobre possibilidade de afastamento cautelar, cumpre salientar o que dispõe o artigo 20 da Lei 8429/92 que, aliás, reproduz o teor do artigo 37, §4º da CF/88, in verbis:

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

A suspensão é medida que tem por objetivo resguardar, de forma emergencial e transitória, os cofres públicos, a moralidade e a ética da administração pública, bem como, a credibilidade do próprio Poder judiciário.

Além disso, o afastamento cautelar torna-se imprescindível para garantir a ordem pública e a regular instrução processual, impedindo a continuidade dos atos lesivos a reincidência de condutas reprováveis, quaisquer obstáculos à apuração dos fatos ou levantamento dos danos deles decorrentes que embasarão ulterior decisão meritória no feito ajuizado para apurar a prática de atos de improbidade administrativa. Desse modo, o deferimento da medida de urgência com arrimo no artigo citado acima, constitui medida de nítida feição acautelatória, com escopo a resguardar a instrução processual de interferências prejudiciais à coleta de provas do ato de improbidade administrativa, tais como, a coação de testemunhas e a subtração, ocultação ou destruição de documentos necessários a instrução do feito de base.

[...]

Forte nos fundamentos acima expostos, em análise de cognição sumária, DEFIRO a medida de urgência pleiteada para determinar o afastamento imediato de CLEONES OLIVEIRA MATOS do cargo de vereador do Município de Açailândia, pelo prazo de 90 (noventa dias), sem prejuízo da remuneração que lhe é devida (art. 20, parágrafo único da Lei 8429/92).

Diante de tal decisão, foi proposta a presente suspensão de liminar.

É, no essencial, o relatório, decido.

O deferimento da suspensão de segurança é condicionado à demonstração da ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Seu requerimento é prerrogativa de pessoa jurídica que exerce *múnus* público, decorrente da

supremacia do interesse estatal sobre o particular.

Ademais, esse instituto processual é providência extraordinária, sendo ônus do requerente indicar na inicial, de forma patente, que a manutenção dos efeitos da medida judicial que busca suspender viola severamente um dos bens jurídicos tutelados, pois a ofensa a tais valores não se presume.

A suspensão de segurança não tem natureza jurídica de recurso, razão pela qual não propicia a devolução do conhecimento da matéria para eventual reforma. Sua análise deve restringir-se à verificação de possível lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, nos termos da legislação de regência, sem adentrar o mérito da causa principal, de competência das instâncias ordinárias. Não basta a mera e unilateral declaração de que a decisão liminar recorrida levará à infringência dos valores sociais protegidos pela medida de contracautela.

Repise-se que a *mens legis* do instituto da suspensão de segurança é o estabelecimento de uma prerrogativa justificada pelo exercício da função pública na defesa do interesse do Estado. Sendo assim, busca evitar que decisões contrárias aos interesses primários ou secundários, ou ainda mutáveis em razão da interposição de recursos, tenham efeitos imediatos e lesivos para o Estado e, em última instância, para a própria coletividade.

No presente caso, não se verifica a ocorrência de grave lesão a nenhum dos bens tutelados pela lei de regência, porquanto não se comprovou, de forma inequívoca, em que sentido a ordem, a saúde, a segurança e a economia públicas estão sendo afetadas em razão do deferimento de liminar para afastamento cautelar da função pública em razão de prejuízos à instrução processual em ação de improbidade administrativa, conforme análise fática realizada pela instância originária.

Se, ao final do julgamento no Tribunal *a quo* acerca do mérito recursal, houver decisão pelo reconhecimento da ilegalidade do afastamento determinado, haverá, de consequência, o retorno ao exercício da função pública, o que demonstra que não há nenhum risco de dano irreversível se não acolhido o pedido da presente suspensão.

Registro, de toda sorte, que as questões eminentemente jurídicas debatidas na instância originária são insuscetíveis de exame na via suspensiva, cujo debate tem de ser profundamente realizado no ambiente processual adequado.

Ademais, a suspensão de segurança não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, conforme remansosa jurisprudência desta colenda Corte federal, e haverá a oportunidade de continuidade do debate jurídico que está sendo travado na demanda originária.

No sentido de que o art. 4º da Lei n. 8.437/1992 não contempla como um dos fundamentos para o conhecimento da suspensão a grave lesão à ordem jurídica, não havendo aqui espaço para a análise de eventuais *error in procedendo* e *error in*

*judicando*, restrita às vias ordinárias, colaciono os seguintes precedentes desta Corte:

AGRAVO INTERNO NA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. CÂMARA MUNICIPAL. ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA EM DESACORDO COM AS NORMAS REGIMENTAIS. GRAVE LESÃO

À ORDEM PÚBLICA E ADMINISTRATIVA. NÃO DEMONSTRAÇÃO. VIA INADEQUADA PARA ANÁLISE DO MÉRITO DA CONTROVÉRSIA. SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS NÃO INFIRMADOS.

1. O deferimento do pedido de suspensão está condicionado à cabal demonstração de que a manutenção da decisão impugnada causa grave lesão a um dos bens tutelados pela legislação de regência.
- 2. O instituto da suspensão de segurança, por não ser sucedâneo recursal, é inadequado para a apreciação do mérito da controvérsia.**
- 3. Mantém-se** a decisão agravada cujos fundamentos não foram infirmados.
4. Agravo interno desprovido. (AgInt na SS n. 3.080/AP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 12/3/2020, grifo meu.)

AGRAVO INTERNO NA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA À ORDEM E À SAÚDE PÚBLICAS, BEM COMO À ORDEM JURÍDICA; ESTA ÚLTIMA NÃO CONSTA DO ROL DOS BENS TUTELADOS PELA LEI DE REGÊNCIA. AGRAVADA VENCEU EM CINCO LOTES DE PREGÃO ELETRÔNICO, POSTERIORES AO PEDIDO SUSPENSIVO INDEFERIDO. **FALTA DE PLAUSIBILIDADE DAS ALEGAÇÕES DE GRAVE LESÃO.** AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O pedido de suspensão visa à preservação do interesse público e supõe a existência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, sendo, em princípio, seu respectivo cabimento, alheio ao mérito da causa. É uma prerrogativa da pessoa jurídica de direito público ou do Ministério Público decorrente da supremacia do interesse público sobre o particular, cujo titular é a coletividade, cabendo ao postulante a efetiva demonstração da alegada ofensa grave a um daqueles valores.
- 2. Tal pedido, por sua estreiteza, é vocacionado a tutelar tão somente os citados bens tutelados pela lei de regência (Leis n.ºs 8.437/92 e 12.016/2009), não podendo ser manejado como se fosse sucedâneo recursal, para que se examine o acerto ou desacerto da decisão cujos efeitos pretende-se sobrestar. Sustentada alegação de lesão à "ordem jurídica" não existe no rol dos bens tutelados pela lei de regência.**
3. A ora Agravada ainda presta serviço ao Agravante, com participação em certames licitatórios no âmbito do fornecimento de refeições hospitalares, tendo vencido em cinco lotes de pregão eletrônico, posteriores ao pedido de suspensão indeferido. Ausência da plausibilidade sustentada pelo Agravante, no tocante às graves lesões à ordem e à saúde públicas.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt na SS n. 2.887/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 27/9/2017, grifo meu.).

Ante o exposto, indefiro o pedido de suspensão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente